



RELATO INSTITUCIONAL

2017

Relato Institucional 2017

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos técnico-administrativo e pedagógico do Instituto Salvador de Ensino Superior -ISEC, frente aos parâmetros estabelecidos pelo SINAES/MEC. Levou-se em conta os documentos institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA e os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP.

A CPA – Comissão Própria de avaliação – está constituída desde o ano de 2006 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações do Conselho Acadêmico do Instituto e dos Colegiados dos Cursos. Ela está representada atualmente pelos seguintes membros nomeados através da Portaria 20 de abril de 2016:

Quadro 1: Membro da CPA

MEMBRO	FUNÇÃO
Lay Martinez	Representante Corpo docente
Mariana Montoni	Representante Corpo discente
Soraya Oliveira	Coordenadora da Comissão
Shirgley Rebouças Menezes	Representante Corpo Egressos
Thiago Bandeira Matos	Representante Sociedade Civil
Soraya Oliveira	Representante Corpo Técnico Adm

Quadro 1: Membros da CPA

1.Contextualização da IES

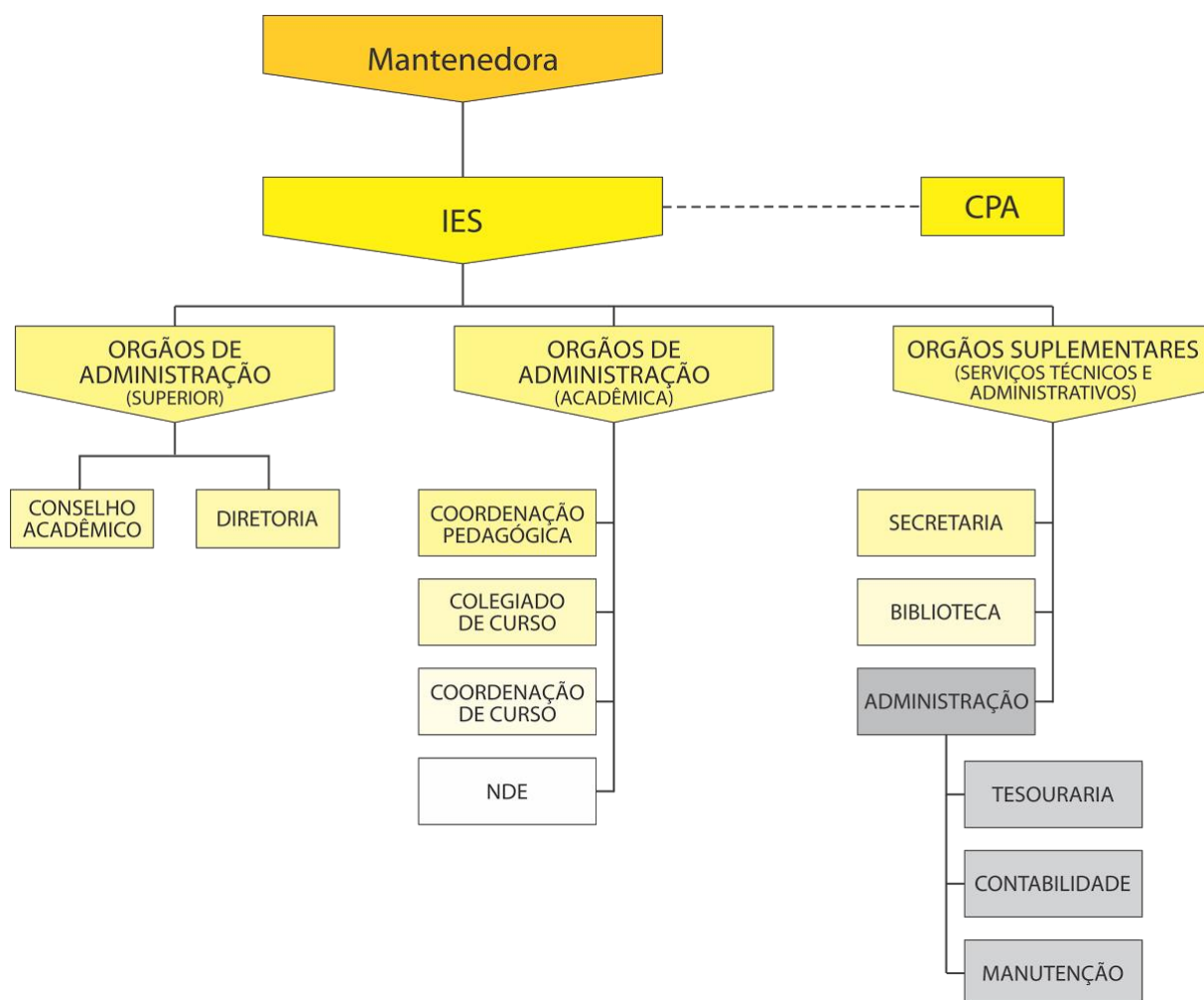
O Instituto Salvador de Ensino e Cultura – ISEC tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sintetizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultura, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da IES outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico- administrativa.

O Organograma é representado abaixo:



2. Histórico do Instituto

A Associação Objetivo de Ensino Superior – ASSOBE, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CGC do MF sob nº 01.711.282/0001-06, com sede na Av. T - 02, nº 1993, Setor Bueno, Goiânia/GO, com estatuto devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, sob o nº 14834, datado de 03/10/1985, registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Cidade de Goiânia é uma entidade mantenedora sem fins lucrativos, que fez seu ingresso na educação superior em 1988.

A partir da formalização do credenciamento do Instituto Salvador de Ensino e Cultura – ISEC, mais conhecido FACSAL, seu nome fantasia, localizado em Salvador, iniciou suas atividades em 2003, por meio do seu Credenciamento, Portaria nº 3.372, publicada no DOU de 06/12/02 e atualmente possui em funcionamento os seguintes cursos: O Instituto Salvador de Ensino e Cultura - ISEC, com endereços de funcionamento situados na Av. Jorge Amado, 780, Bairro Boca do Rio, e Av. Joana Angélica, 1.380, Bairro Nazaré, Salvador, Estado da Bahia, foi credenciado por meio da Portaria Ministerial nº 3.372, publicada no DOU em 06/12/02, e oferece os seguintes cursos:

Administração, reconhecido pela Portaria nº 939, publicada no DOU em 21/11/06; Ciências Contábeis e Comunicação Social, reconhecidos pela Portaria nº 1.087, publicada no DOU em 19/12/06; Ciência da Computação, autorizado pela Portaria nº 66, publicada no DOU em 23/01/07; Direito, autorizado pela Portaria nº 3.600, publicada no DOU em 09/11/04; Fisioterapia, autorizado pela Portaria nº 1.046, publicada no DOU em 11/12/06; Pedagogia, reconhecido pela Portaria nº 761, publicada no DOU em 07/04/11; Turismo, autorizado pela Portaria nº 3.374, publicada no DOU em 06/12/02, Engenharia Civil, autorizado pela Portaria nº 171/14, publicada no DOU em 14/03/13; Arquitetura e Urbanismo, autorizado pela Portaria nº 583, publicada no DOU em 17/08/15.

Também são oferecidos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Turismo, autorizados pela Portaria nº 399, publicada no DOU em 28/05/07.

O pedido de autorização do curso de graduação de Matemática e Engenharia de Produção encontra-se também em tramitação junto à SERES/MEC.

Os quadros a partir da próxima página apresentam essas informações na forma de cronogramas, em conformidade com o disposto no Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.

Quadro 2: Autorização e Reconhecimento

CURSOS	AUTORIZAÇÃO		RECONHECIMENTO		VAGAS	ALUN. 2016	ALUN. 2017
	DATA	PORTARIA	DATA	PORTARIA			
Administração	06/12/2002 SESu/MEC	3.373 de 05/12/2002	21/11/2006 SESu/MEC	939 de 20/11/2006	100	420	346
Arquitetura e Urbanismo	17/08/2015 DIREG/MEC	583 de 17/08/2015			50	0	0
Ciência da Computação	23/01/2007 SESu/MEC	66 de 19/01/2007			100	0	0
Ciências Contábeis	06/12/2002 SESu/MEC	3.375 de 05/12/2002	06/12/2002 SESu/MEC	1.087 de 14/12/2006	100	0	0
Comunicação Social (PP)	06/12/2002 SESu/MEC	3.376 de 05/12/2002	19/12/2006 SESu/MEC	1.087 de 14/12/2006	100	0	0
Direito	09/11/2004 CES/CNE	3.600 de 08/11/2004			100	176	164
Engenharia Civil	14/03/2014 DIREG/MEC	171 de 13/03/2014			100	0	37
Fisioterapia	11/12/2006 SESu/MEC	1.046 de 08/12/2006	16/04/2015 DIREG/MEC	297 de 14/04/2015	100	96	118
Pedagogia	24/03/2006 SESu/MEC	769 de 23/03/2006	07/04/2011 SESU/MEC	761 de 06/04/2011	100	0	0
Gestão de Turismo	28/05/2007 SETEC	399 de 25/05/2007			100	0	0
Gestão da Tecnologia da Informação	28/05/2007 SETEC	399 de 25/05/2007			100	0	0
Turismo	06/12/2002 SESu/MEC	3.374 de 05/12/2002			100	0	0
Nutrição	04/07/2017 SESu/MEC	675 de 06/07/2017			100	0	0
Educação Física	29/09/2017 SESu/MEC	1028 de 03/10/2017			100	0	0

No Ano de 2013 a 2015, o Instituto protocolou, de acordo com o PDI, solicitações para implementação de novos cursos que visam um melhor aproveitamento da capacidade já

instalada do ISEC, desta forma foram recebidas as visitas de autorização demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 3: Cursos Solicitados

CURSO	STATUS
Engenharia de Produção	Aguardando Portaria
Matemática	Entrada de protocolo
Nutrição	Autorizado
Educação Física	Autorizado

Evolução da Estrutura Física

2002 – O ISEC iniciou as atividades na Avenida Magalhães Neto, Loteamento Aquarius, 571 Bairro: Pituba, Salvador – BA com cursos de graduação e cursos tecnológicos.

2006 - Iniciou as atividades dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Turismo e de Bacharelado de Administração na R. Silveira Martins, 208 - Cabula, Salvador - BA, 41150-000

2007 – Locação e mudança para o Imóvel na Rua Wanderley de Pinho, 527, Bairro: Itaigara, Salvador- Bahia, cujo uso para salas de aulas, agência modelo, laboratórios de Informática, laboratórios de fisioterapia, empresa Junior e o escritório de assistência jurídica, sala dos professores e prédio administrativo anexo ao Prédio na Rua Luiz Portela da Silva, 628 que passou a ser compartilhado com o Instituto Baiano de Ensino Superior – IBES.

2009 – Locação e mudança das atividades dos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Turismo e de Bacharelado de Administração na Avenida Joana Angélica 1114 ao fim - lado par, 1380 - Nazaré

2012 – Locação e mudança para novo prédio na Av. Jorge Amado, 780, Bairro: Imbuí, Salvador- Bahia.

2012 – Locação de salas no Multishop localizado a Av. Otavio Mangabeira, N. 6929, Quadra ii, Lt.1/2-Sala 202, Boca Do Rio, cujo objetivo foi a implantação da Clínica Escola e o Escritório de Assistência Jurídica com intuito de atender a população de baixa renda.

2016 – Locação de novo prédio para abrigar as turmas que funcionavam, até então, no prédio da Av. Joana Angélica. O novo Campus localiza-se no prédio compartilhado com o Colégio Salesiano, na Praça Conselheiro Almeida Couto, 374 – Nazaré. Cep: 40.050-405 SALVADOR-BA.

3. Conceitos obtidos pelo ISEC nas avaliações externas institucionais e de curso

Abaixo apresentamos o quadro dos Conceitos de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito ENADE, Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC), Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e o Conceito Institucional (CI).

Quadro 4: Conceitos

CURSO	ENADE2006 a 2010	ENADE 2011	ENADE 2012	ENADE 2013	ENADE 2014	ENADE 2015	ENADE 2016	ENADE 2017	CPC	CC	IDD	CI	IGC
Administração			2			2			2	3	-	3	3
Arquitetura e Urbanismo									-	3	-		
Ciência da Computação									-	-	-		
Ciências Contábeis								SC	-	3	-		
Comunicação Social (PP)								SC	-	-	-		
Direito			5			4			2	3	-		
Engenharia Civil									-	3	-		
Fisioterapia				3			3		3	3	3		
Pedagogia		5							SC	3	-		
Gestão de Turismo									-	-	-		
Gestão da Tec. da Informação									-	3	-		
Turismo									-	-	-		
Educação Física									-	3	-		
Nutrição									-	4	-		

4. Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, do Instituto Salvador de Ensino e Cultura – ISEC, mantida pela Associação Objetivo de Ensino Superior – ASSOBE, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES.

Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

- a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e
- b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES.

A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

4.1. Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2004. Encaminhamento ao INEP da proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e "profissional", gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento

com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 a CPA passou por grandes adaptações provocadas pelas Notas Técnicas 62 e 65 as quais preconizam, basicamente, a adoção do ciclo avaliativo de 3 anos, elaboração de dois relatórios parciais e um integral a cada ciclo e elaboração de RI.

Em 2016 foi implantado novo sistema de questionários on line respondidos diretamente no sistema acadêmico da Mantenedora, além de terem sido simplificados e reduzidos em seus conteúdos.

Desta maneira, a Comissão decidiu aplicar os questionários mais abrangentes apenas no último ano do ciclo avaliando, nos outros dois primeiros anos apenas os simplificados, os resultados das avaliações externas, o PDI e os questionários perenes voltados para a comunidade atendida na Clínica Escola de Fisioterapia e Escritório de Atendimento Jurídico dos cursos de Fisioterapia e Direito, respectivamente.

Em 2017 os questionários digitais passaram a ser disponibilizados diretamente no sistema acadêmico para os públicos discente e docente.

Metodologia do Processo Avaliativo

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - globalidade;
- b - comparabilidade;
- c - respeito à identidade institucional;
- d - não premiação ou punição;
- e - adesão voluntária;
- f - legitimidade; e
- g - continuidade

O **princípio da globalidade** destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O **princípio da comparabilidade** recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O **princípio da identidade institucional** é o respeito pelas características específicas das instituições.

O **princípio da não premiação ou punição** fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A **adesão voluntária ao processo** de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A **legitimidade do processo** de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A **continuidade** é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Os objetivos gerais e específicos advindos de todo o processo avaliativo estão listados abaixo:

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> - avaliar a Instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional; e - privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização. 	<ul style="list-style-type: none"> - gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição; - identificar as potencialidades da Instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade; - julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

- a – análise documental;
- b – divulgação da CPA.

Desde 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

Quadro 5: 5 Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES

EIXO 1:	EIXO 2:	EIXO 3: Políticas	EIXO 4: Políticas	EIXO 5:
---------	---------	-------------------	-------------------	---------

Planejamento e Avaliação Institucional	Desenvolvimento Institucional	Acadêmicas	de Gestão	Infraestrutura Física
Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional	Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as Dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla: (7) Infraestrutura Física

Metodologia de Coleta de Dados

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes, e-mail-marketing, visitas e análise documental.

Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o novo sistema implantado pela Mantenedora, fazendo uso do próprio sistema acadêmico, visando proporcionar maior agilidade na coleta e na apuração dos dados.

Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, formulário de atendimento da sociedade na Clínica Escola e no Escritório de Assistência Jurídica, Ouvidoria e avaliação docente.

CPA X PDI

O trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo promover melhoras do ensino e da aprendizagem. Para tanto utiliza a avaliação como instrumento. Desta forma, procura contribuir com a gestão acadêmica, indicando caminhos e revendo processos.

A Avaliação Institucional é uma prática instituída no **ISEC**, que acompanha criteriosamente o desenvolvimento de suas atividades. Essa proposta de avaliação está comprometida com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), estando direcionada para: 1) a melhoria da qualidade do ensino, da

extensão e da gestão institucional; 2) para a orientação da expansão da oferta de seus cursos; 3) para afirmação da identidade institucional; 4) contribuir para a comunidade na qual está inserida considerando especialmente ações de responsabilidade social, levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Instituição.

A noção de qualidade está presente em cada passo planejado pela Instituição que busca a eficiência de todos os processos educacionais e administrativos. É dentro desse contexto que se institui a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o principal objetivo de promover a melhoria do ensino e da aprendizagem usando a avaliação como agente modificador. A Missão do ISEC, o seu propósito e suas metas determinam que haja também uma preocupação constante com a formação integral do ser humano, enfatizando o exercício pleno da cidadania.

A auto avaliação institucional abrange as funções do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, enfocando os processos pedagógicos, científicos, sociais, técnicos e administrativos que se estabelecem por meio das relações sociais constitutivas da dinâmica da vida institucional. O que se pretende é analisar a coerência entre o que a Instituição faz e o que se propõe a fazer por meio do PDI na sua missão (compromissos, vocação, inserção regional e nacional) e finalidades.

A auto avaliação institucional, realizada de forma permanente e com resultados a serem apresentados a cada três anos, avaliará todos os aspectos que giram em torno dos 5 eixos. As informações obtidas com esta modalidade avaliativa serão utilizadas pela IES para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, para orientar suas políticas acadêmicas e de gestão e para desvelar à realidade dos cursos e da própria IES.

Melhorias Consolidadas da CPA 2015/2016

Eixo 1

2015	2016
<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando desenvolver o interesse e a cultura pela auto avaliação. - Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes. - Passar a divulgar através da rede social da Faculdade campanha de motivação. - Divulgar a CPA e seus resultados através de rede social, e-mail mkt e no portal dos professores. - Divulgar a CPA e seus resultados através de e-mail mkt, rede social, e coordenadores em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuidade das ações de sensibilização. - Implantação dos formulários eletrônicos no sistema acadêmico, facilitando o acesso, visando o aumento da participação. - Redes sociais continuam engajadas auxiliando a divulgação.

Eixo 2

2015	2016
<ul style="list-style-type: none"> - Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível. - Início à implementação de publicação científica para publicação por parte de alunos e professores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revista científica implantada e em funcionamento. - Estimular corpo docente e discente a contribuir com produção publicável.

Eixo 3

2015	2016

Eixo 4

2015	2016
- Implementar práticas de captação de alunos condizentes com a concorrência do mercado como concursos de bolsas, descontos e promoções.	- Práticas implementadas com sucesso.

Eixo 5

2015	2016
- Continuar insistindo junto à Prefeitura para que mais linhas de ônibus sejam disponibilizadas na área, como já vem sendo feito desde 2012.	- Apesar dos esforços empreendidos, o serviço de transporte público ainda é deficiente. Novas estratégias de resolução entraram em curso. - Novos laboratórios implementados para atender à demanda dos cursos novos.

APRESENTAÇÃO OBJETIVA DAS FRAGILIDADES, POTENCIALIDADES E AÇÕES CORRETIVAS DA INSTITUIÇÃO NO PERÍODO DE 2017.

E01 Planejamento e Avaliação Institucional - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional.

Fato(s) a destacar: A divulgação melhorou bastante no período, mas ainda cabe esclarecer para os alunos O QUE É A CPA e QUAIS FORAM OS RESULTADOS obtidos pela comissão.

FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none">- Persiste a relativa falta de conhecimento dos discentes a respeito da CPA já apontada em avaliações anteriores, a despeito da melhoria contínua da sua divulgação.- Falta cultura e interesse na auto avaliação.- Discentes com baixíssima adesão ao processo.- Disponibilizar os questionários no sistema acadêmico pela primeira vez pode ter sido o motivo que levou a tão baixa adesão.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none">- Consolidação da Avaliação e atingimento da maturidade dos processos.- Boa avaliação (04) por parte do MEC.- Interesse e motivação por parte dos membros da CPA.- Boa adesão dos públicos Docente e Técnico Administrativo.- Avaliação contínua da comunidade do entorno através dos atendimentos na clínica escola e núcleo de atendimento jurídico e mediação.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none">- Sensibilização envolvendo o maior número possível de discentes, tentando desenvolver o interesse e a cultura pela auto avaliação.- Estimular pessoalmente através das coordenações de curso o preenchimento dos questionários eletrônicos por parte dos discentes.- Dirimir quaisquer dúvidas e sanar dificuldades que os discentes estejam enfrentando no preenchimento via sistema acadêmico.

E02 Desenvolvimento Institucional - A missão e o plano de desenvolvimento institucional. A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Fato(s) a destacar: Reconhecimento e aprovação da comunidade acadêmica a respeito das atividades voltadas para a comunidade, notadamente as atuações da Clínica Escola de Fisioterapia e Núcleo de Atendimento Jurídico.

<p>FRAGILIDADES</p>	<p>- Produção científica quase nula, apesar da instituição se encontrar desobrigada, por ser Faculdade e não Universidade.</p>
<p>POTENCIALIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os formulários respondidos pela comunidade atendida na IES revelam índices altíssimos de satisfação com os serviços prestados, estrutura física e atenção recebidos. - A comunidade do entorno forma a grande maioria de atendidos no NAJ e Clínica. - A comunidade demonstra muita satisfação e reconhece a importância da atuação da IES neste campo. - O PDI apresenta-se claro, objetivo e viável quanto à implantação estrutural e a maioria declara conhecer seu conteúdo. Há articulação do PDI com o processo de auto avaliação. - Disponibilidade do Regimento Interno na biblioteca (impresso) e na página da IES (virtual). - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva as ações de responsabilidade social realizadas pela IES. - Relatórios das avaliações externas avaliam de forma muito positiva o PDI e sua real implementação no dia a dia da IES. - Excelência nas ações de responsabilidade social praticadas efetivamente pela IES prestando serviços à população por meio do corpo docente e discente. - A maioria dos entrevistados afirma ter bons conhecimentos acerca da Missão e Objetivos Institucionais.
<p>AÇÕES CORRETIVAS</p>	<p>- Inserir nos cursos a cultura da iniciação à pesquisa, onde for possível.</p>

E03 Políticas Acadêmicas - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. A comunicação com a sociedade. Políticas de atendimento ao estudante.

Fato(s) a destacar: Imagem da IES na sociedade ainda não corresponde à alta qualidade de ensino atestada por docentes e discentes, apesar da comunicação mercadológica ter passado por reformulação focando mais em qualidade e menos em valores de mensalidade.

<p>FRAGILIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reclamações quanto à qualidade das aulas em EAD. - A imagem que a Faculdade passa para a comunidade em geral não é positiva, de acordo com os discentes.
<p>POTENCIALIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mural individual para divulgação e promoção de vagas de estágios com envio diário das oportunidades para o mailing dos alunos. - Palestras e workshops são constantes. - Acompanhamento psico-pedagógico para o aluno com dificuldade de aprendizagem através do NAAP. - Canais de comunicação com alunos e professores são bem avaliados. - Coordenadores de curso apontados como bastante acessíveis e solícitos. - Ouvidoria em pleno funcionamento e bem avaliada pelos discentes. - Presença digital melhorou sobremaneira com a modernização do site institucional, implementação de perfil no Instagram (antes só havia Facebook) e reforço na utilização destes meios. - Funcionamento pleno dos canais de comunicação como a ouvidoria e do fale-conosco. - Uso eficiente do mailing de alunos e professores para, através do e-mail, divulgar informações relevantes. - Divulgação dos relatórios e memória da CPA no site institucional. - Programas de apoio (PROUNI, FIES e bolsas institucionais) ao aluno em pleno funcionamento. - Implementação de política de desenvolvimento e acompanhamento dos egressos – IAP. - Atendimento Psicopedagógico. - Acesso fácil à direção da Instituição e às coordenações de curso.
<p>AÇÕES CORRETIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sugerir à mantenedora reformulação das aulas de EAD a fim de torná-las mais interessantes e didáticas. - Continuar a dar mais ênfase à qualidade e menos aos valores de mensalidade nas comunicações de marketing.

E04 Políticas de Gestão - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho. Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Fato(s) a destacar: De modo geral as avaliações foram bastante positivas no que tange ao atendimento ao aluno e professor.

<p>FRAGILIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pouco incentivo salarial e de benefícios como o tíquete alimentação e planos de saúde e odontológico persistem. - Poucas oportunidades de bolsas para o corpo técnico administrativo. - Ausência de Diretório Acadêmico por falta de interesse do corpo discente. - Baixo número de alunos em função do número de vagas disponíveis.
<p>POTENCIALIDADES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Grande maioria (discentes e docentes) concorda que os recursos humanos são suficientes para atender à demanda. - Clima organizacional positivo apontado como fator preponderante de satisfação no ambiente de trabalho pelo sexto ano consecutivo. - Excelente comunicação entre os funcionários e chefia, sendo um dos motivos de continuar na instituição. - A organização e gestão da instituição estão bem estruturadas no que diz respeito à representatividade de colegiados que participam de forma ativa, nas decisões acadêmicas administrativas. - Coordenação atuante e acessível, tanto para alunos quanto professores. - CPA atuante e em sintonia com o corpo diretivo. - A mantenedora tem total condição de sustentabilidade financeira em função do balanço positivo do grupo de mantidas.
<p>AÇÕES CORRETIVAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de benefícios como tíquete alimentação e reforma da política de salários. - Requerer junto à mantenedora concessão de bolsas para aperfeiçoamento em maior número do vem sendo feito. - Conscientizar e estimular o corpo docente a organizar-se a fim de criar o DA da Instituição através das coordenações de curso. - Adoção de novas estratégias de marketing e abertura de novos cursos que tenham maior demanda por parte do mercado.

<p>E05 Infraestrutura - Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recurso de informação e comunicação.</p> <p>Fato(s) a destacar: De modo geral, as notas para a estrutura física são positivas, com grande número de reclamações pela falta de linhas de ônibus na área do Campus. A acessibilidade foi melhorada sob todos aspectos e o Campus conta agora com piso tátil em toda sua extensão.</p>	
FRAGILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Xerox e cantina avaliados com notas medianas, o que enseja um maior cuidado com estes setores terceirizados. - Tanto alunos quanto funcionários reclamam por mais linhas de ônibus que sirvam a área. - Prefeitura realizou alterações na política de transporte que acabaram por piorar o acesso de linhas ao Campus. - Pouco conhecimento e uso das bibliotecas on-line tanto por parte dos alunos quanto professores.
POTENCIALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Instalações físicas em geral muito bem avaliadas, por parte dos discentes, docentes e avaliadores externos. - Biblioteca com capacidade de atendimento ao número de alunos da instituição, muito bem avaliada por alunos, professores e avaliadores externos. - Grande número de títulos no acervo das bibliotecas digitais. - Salas de aulas com ventilação e iluminação suficientes para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. - Acessibilidade TOTAL no Campus para os portadores de necessidades especiais. - Implantação de piso tátil em TODA EXTENSÃO DO CAMPUS. - Laboratórios avaliados positivamente por alunos, professores e avaliadores externos. - Melhoria dos equipamentos sanitários para deficientes, com troca de portas e acréscimo de banheiro. - Implantação de vestiário para funcionários, uma antiga reivindicação sempre apontada nos relatórios anteriores.
AÇÕES CORRETIVAS	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar junto à cantina e xerox maneiras de melhorar seus serviços. - Continuar insistindo junto à Prefeitura para que mais linhas de ônibus sejam disponibilizadas na área, como já vem sendo feito desde 2012. - Divulgar entre coordenadores e alunos como acessar as bibliotecas virtuais. - Estimular professores a fazer uso dos títulos disponibilizados on-line.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auto avaliação é uma realidade consolidada na IES e representa, cada vez mais, uma valiosa ferramenta que auxilia a administração da Instituição e serve como apoio nas tomadas de decisão da Mantenedora.

O processo foi adaptado à NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065, o que resultou em maior agilidade na avaliação. No entanto, esta Comissão julga que, ao final do ciclo avaliativo de três anos que ora encerra, as avaliações e relatórios produzidos por estas eram mais significativos e mais abrangentes do que se faz atualmente.

Houve, no período, bom envolvimento por parte dos membros da Comissão e, salvo a substituição e tudo ocorreu com normalidade.

A CPA teve um papel importantíssimo na evolução da Instituição em 2016, quando a Facsal / Isec obteve autorização de abertura de dois novos cursos. Foi a CPA que, através da análise das avaliações externas e PDI, chegou à conclusão que a Instituição se encontrava em momento propício para pleitear a implantação de novos cursos que venham a contribuir com a sustentabilidade financeira da Instituição e encaminhou a sugestão à Direção e Conselho Acadêmico. Esta iniciativa de sucesso é motivo de orgulho para a equipe da CPA e demonstra de forma prática e direta a importância do nosso trabalho.

A avaliação externa pela qual o Instituto passou teve-se com muita atenção à CPA, seus processos e tudo que a envolve. Foi um excelente momento que nos permitiu refletir a respeito do nosso trabalho em busca de melhorias e um momento de regozijo e reconhecimento, uma vez que fomos avaliados muito positivamente com conceito quatro.

Foram analisados os relatórios gerados pelos cursos que passaram pelo ENADE, assim como os relatórios das avaliações externas, que foram complementos fundamentais para a conclusão deste relatório.

Estas análises foram profundamente discutidas no âmbito desta comissão e debatidas com a Direção e Coordenação Pedagógica. Esta simbiose, já característica de outros anos, demonstrou ser uma saudável saída para a melhoria dos relatórios emitidos pela CPA bem como garantia maior do envolvimento dos setores executivos e pedagógicos na implementação dos aspectos apontados como necessários.

Ao longo do triênio 2015 a 2017 foram corrigidas muitas deficiências apontadas. Entre elas podemos destacar: encaminhamento de sugestão de abertura de novos cursos em consonância com o PDI, construção de vestiário para funcionários, melhoria do marketing, implementação de redes sociais e maior engajamento com a comunidade acadêmica através destas, melhoria da acessibilidade, aumento da oferta de banheiros acessíveis, entre outras.

Esta comissão o triênio com a sensação de dever cumprido e com espírito renovado para os anos que virão.



*ISEC - Instituto Salvador de Ensino e Cultura - Portaria MEC nº 3.372/02, DOU de 6/12/02
Av. Jorge Amado, 780, Imbuí, Salvador - BA - 41.720-040 | (71) 3496-4050*

www.unilist.com.br/facsal